



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

## **ATO DO PRESIDENTE**

### **PORTARIA INEA/PRES Nº 983 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

CRIA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DE  
SERVIÇO DE PUBLICIDADE PRESTADO À  
EXTINTA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE  
ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE -  
FEEMA.

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101, de 04 de outubro de 2007 e, no Decreto nº 46.619, de 02 de abril de 2019 e suas alterações, e o que consta nos autos do Proc. nº SEI - E-07/503.766/2010,

**CONSIDERANDO** a Manifestação INEA/GECON SEI nº 64, de 28.09.202, da Procuradoria do INEA;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar Márcia Regina Gomes da Silva, Administradora, ID Funcional 4351547-9, Felipe Cezar Santos Silveira, Técnico Administrativo, ID Funcional 4461135-8 e Anderson Ferreira Pinto, ID Funcional 5109478-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão para a correta apuração do quantitativo de serviços efetivamente prestados e dos valores supostamente devidos pela extinta Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA pela empresa INTERNAD Publicidade Ltda, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 2º** - A Comissão terá por objetivo: (i) atestar o serviço realizado; (ii) apurar o quantitativo prestado; (iii) conferir a planilha de custos; (iv) atestar ou não a boa-fé da empresa na prestação dos serviços; (v) conferir e registrar qualquer informação que enriqueça a comprovação dos fatos; (vi) elaborar relatório pormenorizado com os atos praticados pela comissão para apuração do serviço.

**Art. 3º** - A Comissão fica autorizada a solicitar a participação de outros profissionais deste Instituto, de outros órgãos ou entidades que possam contribuir para apuração do serviço prestado, se for o caso.

**Art. 4º** - A Comissão terá a finalidade exclusiva de apuração do suposto serviço prestado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e § 3º do art. 90 da Lei Estadual nº 287/1979.

**Parágrafo Único** - As informações, decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser registradas no relatório a ser elaborado, visando ciência e adoção das medidas convenientes.

**Art. 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2020

JOÃO EUSTÁQUIO NACIF XAVIER  
Presidente - INEA/RJ

Publicada em 11.12.2020, DO nº 229, página 28